



**PARA UMA VIDA NÃO FASCISTA: NOTAS SOBRE O ENGODO DA
SEXUALIDADE UNIVERSAL**

**FOR A NON-FASCIST LIFE: NOTES ABOUT THE LURE OF UNIVERSAL
SEXUALITY**

Éderson Luís Silveira¹

Recebido em: 29 out. 2018

Aceito em: 16 fev. 2019

DOI 10.26512/aguaviva.v4i1.23847

RESUMO: O presente trabalho de viés qualitativo visa apresentar problematizações acerca do estudo dos gêneros a partir de Judith Butler e Michel Foucault principalmente no que diz respeito às críticas de Foucault à psicanálise e o emaranhado de discursos historicamente situados que a tornou possível e as considerações de Butler acerca do gênero como categoria de análise.

Palavras-chave: Butler; Foucault; Sexualidade; Gêneros.

ABSTRACT: The present paper aims to introduce qualitative reflections about the study of genres from Judith Butler and Michel Foucault mainly with regard to criticism of Foucault to psychoanalysis and the tangle of discourses historically situated that made it possible and Butler considerations about gender as a category of analysis.

Keywords: Butler; Foucault; Sexuality; Genders.

INTRODUZINDO O PERCURSO...

Foucault e Judith Butler são dois pensadores que emergem quando o assunto é estudo de gêneros na contemporaneidade. No presente trabalho, objetiva-se uma apresentação de alguns conceitos e teorizações de ambos principalmente e no que diz respeito à conjuntura histórica e cultural que sustenta a psicanálise enquanto discurso possível sobre o inconsciente baseado no mito de Édipo e os riscos de universalizar o gênero a partir de uma norma regulatória pautada em binarismos. Nas duas seções que seguem abaixo se buscou mostrar como o conceito de gênero se articula às questões de sexualidade e como cada um dos

¹ Mestre e Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Letras Português pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG (RS). E-mail: ediliteratus@gmail.com



pensadores mencionados podem ser ferramentas para pensar o estudo de gêneros na atualidade.

O gênero no olho do furacão dos estudos de Foucault e Butler

Em Butler (2002; 2003b) a noção de gênero está intrinsecamente associada à noção de sujeito. Ao discutir questões acerca da configuração dos gêneros na sociedade ela situa o cenário das problematizações que propõe a partir de perguntas que concernem ao escopo da determinação social do sujeito. Suas reflexões, assim, se voltam para uma atitude política em relação ao gênero: não são necessários marcadores identitários para atuar politicamente, os direitos sexuais, o olhar para a diversidade e a multiplicidade de identidades sexuais existentes direcionam-se à oposição às normas e regulações sociais que visam instituir o gênero enquanto categoria homogeneizada através do discurso.

Neste contexto, cabe, de acordo com a autora (BUTLER 1994; 1998a; 1998b, 2002), o respeito aos corpos de poderem existir em um mundo que os nega, pois não há gênero sem discurso e para ela o discurso é o que instaura o gênero (assim como pode vir a ser outro através de performatizações outras). Assim, o sexo não é um destino natural que fundaria o gênero. Tomar sexo e sexualidade como “naturais” é uma estratégia do poder, ao invés de perceber que ambos remetem a construções históricas (BUTLER, 2003b).

Em 1990, com *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*², a autora apresenta o conceito de gênero como “ato performativo”³ abordando o que poderíamos chamar de “gêneros não-inteligíveis”, ou seja, indivíduos que não seguem padrões de equivalência entre sexo anatômico, gênero, desejo e prática sexual. Durante muito tempo comportamentos, ações e lugares na sociedade foram (e, infelizmente, em algumas instâncias, ainda são) vistos como destinados distintamente para homens e mulheres e isso se deu a partir da biologização dos corpos. Essa relação causal entre corpos e papéis sociais foi problematizada por diversos pensadores, filósofas e filósofos, historiadoras e historiadores, feministas, estudiosos *queer*, entre outros, que passaram a questionar até mesmo essa divisão binária: homem e mulher.

2 No original o título é *Gender Trouble – feminism and the subversion of identity* (Routledge: Nova York, 1990). A edição brasileira data de 2003, lançada pela editora civilização brasileira do Rio de Janeiro.

3 O conceito de performatividade advém de uma leitura que Derrida fez de Austin. Por hora, situamos esta informação para adiantar que, sob inspiração derridiana, Butler vai conceber o gênero a partir de dois conceitos: a performatividade torna real e produz aquilo que nomeia ou atua e a repetição porque este gesto é sempre uma citação reiterada, atuando como um modelo repetido, uma citação.



Neste contexto, para Butler (2003a) o binarismo de gênero visa naturalizar questões de ordem cultural. Se partirmos do olhar de outra teórica, sob a perspectiva da História, pensar o gênero como categoria útil de análise histórica, como propôs Joan W. Scott (1995) assinala um deslocamento em que este binarismo se tornou insuficiente, pois os modos de se relacionar com a sexualidade em diferentes períodos, em momentos históricos distintos e em diferentes culturas não é o mesmo e tampouco são as formas de lidar com a sexualidade e com as diferenças dos corpos.

Foucault (1980) no primeiro volume da *História da Sexualidade* nos mostrou que tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade não passam de conceitos forjados no século XIX pela medicina visando patologizar sexualidades que não estariam ligadas à reprodução. Nas palavras de Butler (2002) trata-se de sexualidades desviantes, relacionadas aos indivíduos cujos corpos “não importam”, não são considerados e, mais que isso, a gestos de silenciamento que são (re)direcionados continuamente no interior das relações de poder em que se tecem as regulações sociais e culturais de gênero. O que aqui está em jogo é que, mesmo que haja a inadequação e o desajuste destes corpos que importam menos que outros, as normas regulatórias de gênero não incidem as malhas do poder perpassando apenas estes corpos. Os corpos que não são desviantes também são continuamente marcados pelo discurso que infunde o gênero “inteligível”, relacionado a sujeitos e comportamentos que “[...] mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003b, p. 38).

A história da psicanálise permite perceber como as (in)definições de gênero estão ligadas a discursos de “patologização” de “gêneros não-inteligíveis”. Isso faz lembrar a crítica de Foucault (1980) sobre a psicanálise de que ela tenha sido instaurada através da legitimação das relações de gênero na sociedade da época o que não ocorre sem consequências já que o olhar para os discursos sobre os gêneros também implica pensar em como são percebidos os modos em que os gêneros estão realizados na relação com os outros gêneros. Ao invés de partir dos gêneros “inteligíveis”, considerados enquanto instâncias históricas discursivamente forjadas nos corpos dos indivíduos, Butler vai partir dos gêneros “não-inteligíveis” porque, ao tomar o gênero como ato performativo, entra em cena a consideração da existência de diferentes subjetividades situadas em relações de poder que perpassam os corpos dos indivíduos no contexto em que as subjetividades são produzidas. Dessa forma, o hermafrodita, o intersexo e os relatos de experiências transexuais instauram pontos de partida para pensar o que escapa ao saber psicanalítico.



Ao invés de homogeneizar e estacionar em binarismos, Butler vai promover pontos de tensionamento, sobretudo no que diz respeito à desnaturalização de conceitos como “homem”, “mulher”, “masculino”, “feminino” e os efeitos que resultam da naturalização de tais conceitos principalmente no tocante à sexualidade e nas tentativas de regulação dela sobre os corpos dos indivíduos tomados enquanto corpos (as)sexuados. Por isso, ela vai encontrar para além do masculino e do feminino um paradigma de gênero possível situado na contingência dos corpos tomados sob o viés do “gênero não-inteligível”, que se encontra em outro lugar, para além dos gêneros apreensíveis. Questionando as definições lacanianas de “simbólico” e de “diferença sexual” ela propõe que estas categorias sejam percebidas de outra forma a fim de que sejam incorporadas reflexões que incluam gêneros não-inteligíveis na cultura ao invés de seguir na via de sua patologização.

Desse modo, o gesto de Butler é político: ao partir do “abjeto”⁴ como paradigma de gênero e não de gêneros “inteligíveis” (porque historicamente foram colocados no lugar do verdadeiro em relação ao gênero através dos discursos) ela busca dar conta de perceber o “abjeto” como sujeito de direitos recusando-se a defender uma estabilidade de gêneros, afirmando a inadequação dos sujeitos a uma identidade fixa (posição esta também defendida na psicanálise). Só que Butler radicaliza seu posicionamento já que, ao contrário da psicanálise, não parte da divisão binária “homem”, “mulher” para descrever os seres humanos. Neste contexto, Patrícia Porchat (2014, p. 79) situa em relação à perpetuação do binarismo na psicanálise em textos seminiais:

Se tomarmos, por exemplo, dois textos que falam sobre a sexualidade, como *AA significação do falo* (1985) e *O Seminário, Livro XX, Mais, Ainda* (1975), de Lacan, neles utiliza-se a linguagem tradicional. No primeiro, as relações entre os sexos giram ao redor de um ‘ser’ e um ‘ter’ um falo; são descrições genéricas do que acontece com o homem e do que acontece com a mulher em suas relações com este significante. Já o segundo faz referência ao ‘lado homem’ e ao ‘lado mulher’ (nas fórmulas da sexuação do Seminário XX), ainda que estes lados ou posições não sejam complementares e nem definidos a partir da anatomia.

4 Sobre a abjeção, em *Problemas de gênero*, Butler (2003b) situa o conceito de abjeto em Júlia Kristeva a partir da obra de 1982, *The Powers of Horror* (originalmente publicado dois anos antes sob o título *Pouvoirs de l'horreur*. Paris: Éditions du Seuil, 1980) situando que os usos desta ideia podem apontar para um deslocamento que se torna fundamental na obra de Butler: de um tabu estabelecido de fronteiras para a construção do sujeito singular por exclusão. Dessa forma, “[...] o abjeto designa aquilo que foi expelido pelo corpo, descartado como excremento, tornado literalmente Outro” (BUTLER, 2003b, p. 190-191). Assim como os excrementos ajudam a perceber a fronteira entre o interno e o externo, as formas de distinção entre uma identidade e outra se dá dessa forma, em relação aos gêneros não-inteligíveis, relegando-os à condição de “externos”, incomensurável, ao Outro que virou “merda”. Neste contexto, para Butler (2003b, p. 191), “[...] o que constitui mediante divisão os mundos ‘interno’ e ‘externo’ do sujeito é uma fronteira e divisa tenuemente mantida para fins de regulação e controle sociais”.



As críticas de Butler em relação à psicanálise centram-se em relação a três conceitos fundamentais que repercutem no pensamento psicanalítico e incidem efeitos sobre os modos de perceber o gênero e a sexualidade até os dias atuais. A questão da diferença sexual e das relações de parentesco em Butler advém da articulação das relações de parentesco por Lacan a partir dos estudos de Lévi-Strauss. Para Lévi-Strauss, o sujeito falante passa a existir a partir da relação com a dualidade entre os sexos e a cultura, definida pela troca das mulheres. Assim, a possibilidade de comunicação passou a ser fundada nesta troca que marcava a diferença entre homens e mulheres na sociedade, o que fornecia ferramentas para perceber a instituição do patriarcado a partir da hierarquização dos gêneros funcionando no estabelecimento da ordem simbólica que perpetua até os dias atuais.

No fim de *As estruturas elementares de parentesco*, a troca de mulheres é considerada como tráfego de um signo, a moeda linguística que facilita um laço simbólico e comunicativo entre os homens. A troca de mulheres é comparada a uma troca de palavras, e esse circuito linguístico particular torna-se base para repensar o parentesco a partir das estruturas linguísticas, cuja totalidade é chamada de simbólico. Dentro dessa compreensão estruturalista do simbólico, todo signo invoca a totalidade da ordem simbólica em que funciona. O parentesco deixa de ser pensado em termos de relações de sangue, ou acordos sociais naturalizados, e passa a ser o efeito de um conjunto de relações linguísticas em que cada termo tem significado, sempre e somente, em função de outros termos. (BUTLER, 2014, p. 67)

Para Butler (2014) a estrutura universal de troca de mulheres como forma de explicação para a instauração da comunicação humana baseada na Lei (de proibição do incesto, que não podia ser alterada) que é apresentada como aquela que consolida os grupos humanos no bojo das relações coletivas tem como efeito assegurar os laços de reprodução ao mesmo tempo em que proíbe outros vínculos sexuais. Desse modo, por trás de uma organização primeira estaria também a legitimação de um desejo regulado através da norma que exclui as demais formas de parentesco.

Se forem consideradas as formas de parentesco que o casamento homossexual traz à tona, por exemplo, ou a adoção de crianças por casais homossexuais, ter-se-ia que repensar, de acordo com a autora, as formas de parentesco na contemporaneidade e até mesmo o modo como a Lei se instituiu. Isso porque, de acordo com Butler (2003a; 2014), para que fosse realizada uma análise da vida humana, Lévi-Strauss lança mão de uma lógica totalizante buscando na linguística estrutural um modelo para encontrar categorias antropológicas



universais. Dessa forma, em Lévi-Strauss “[...] o surgimento do pensamento simbólico deve ter exigido que as mulheres, como as palavras, fossem coisas a serem trocadas” (BUTLER, 2003a, p. 71).

Neste contexto a crítica feminista pressupõe que a identidade de “ser homem” em relação à identidade de “ser mulher” está estipulada a partir de uma hierarquia universalizante em que as mulheres ficam em posição subalterna. Ao invés disso, criticando a totalização estruturalista, Butler recusa a universalização das explicações do parentesco, como a presença de oposições binárias que seriam organizadoras das relações sociais já que esta perspectiva não leva em conta nuances, derivas e ambiguidades que existem nas relações humanas e na cultura em geral, que são “varridas para baixo do tapete” das teorizações.

Dessa forma, as críticas de Butler se direcionam, portanto, ao modo estruturalista de perceber o parentesco a partir da heterossexualidade já que, estando os dois relacionados ao complexo de Édipo que se vincula à noção de parentesco a partir dos estudos de Lacan, isso faz com que outras formas de sexualidade, como a homossexualidade, pareçam “cair fora” da cultura (BUTLER, 2003b). Dessa forma, quando Butler menciona em *Problemas de gênero* que as identidades de gênero derivam das relações de parentesco o que está em jogo é perceber que há outras formas de parentesco também legítimas ou que fazem parte da cultura que passam a não ser consideradas quando levadas a cabo as explicações de parentesco a partir de Lévi-Strauss (bem como de sua incorporação pela psicanálise freudo-lacanianana).

A noção de Lei que ultrapassa qualquer possibilidade de alteração, como a das estruturas elementares de parentesco, ao se apresentar assim toma vestes transcendentais. Assim, ao incorporá-la no aparato teórico, somada ao complexo de Édipo, a psicanálise busca, para Butler, um desejo de que essa lei esteja fora de qualquer crítica à lei que regula o próprio pensamento psicanalítico como se fosse “[...] um impulso teológico da psicanálise que busca colocar fora do páreo qualquer crítica ao pai simbólico, à lei da própria psicanálise” (BUTLER, 2004, p. 46). Neste contexto, para Porchat (2014), Butler argumenta que a psicanálise torna-se estrategista ao separar o simbólico das normas sociais porque é a partir desse movimento que se torna possível a invocação de uma lei universal e incontestável, acima de todas as outras leis.

A norma regulatória que incide sobre os corpos é binária e isso ocorre porque o aparato regulador é binário (BUTLER, 2003a; 2014). Assim, ao partir de dicotomias entre “humanos mulheres” e “humanos homens” a psicanálise ajuda a promover um movimento



discriminatório que varre os gêneros não-inteligíveis para o campo da patologia⁵ fazendo com os que não são inteligíveis sob os critérios estabelecidos pela dualidade sejam percebidos como “não-humanos” (BUTLER, 2003a; 2003b). O problema em relação ao complexo de Édipo, para Butler, é que este é apresentado como universalizante, como que revestido de um efeito de universalidade. Através dele se instauram posições simbólicas tomadas a partir do masculino e do feminino que, justamente por isso, por causa desta estrutura binária e dicotômica com que se estabelece “repousa na autoridade que descreve para escorar a autoridade de suas próprias reivindicações descritivas” (BUTLER, 2004, p. 46) Sendo assim, para Butler (2002; 2004), a normatividade atua de modo regulatório não apenas se referindo aos objetos que nomeia, mas fornecendo critérios coercitivos para “homens” e “mulheres” considerados normais. Trata-se, para a autora, de normas que governam o que é uma vida “vivível” relacionada a “homens” e “mulheres” reais.

Então, Butler traz a consideração de que todo gênero é uma norma, já nascemos “generizados” (*gendered*), ou seja, os corpos e os sujeitos são produzidos continuamente através de regulações por instâncias jurídicas, militares, psiquiátricas, entre outras. Isso porque “o aparato regulador que governa o gênero já é, em si próprio específico para gênero” (BUTLER, 2004, p. 41). O poder da palavra na vida dos indivíduos é então exemplificado através das normas regulatórias e isso produz efeitos tanto em sujeitos heterossexuais quanto em sujeitos homossexuais. Em 1994, em uma entrevista a Osborne e Segal, ela desenvolve esta questão exemplificando-a:

Se você está nos seus trinta anos e não pode engravidar por razões biológicas, ou talvez você não queira, por razões sociais – *you are struggling with the norm that regulates your sex*. É preciso uma comunidade vigorosa e politicamente informada em torno de você para aliviar o possível sentimento de fracasso ou perda, ou inadequação – uma luta coletiva para pensar a norma dominante. Por que uma mulher que quer tomar parte na educação de crianças, mas não na concepção de crianças, ou que não quer ter nada a ver com isso, não pode *habitar seu gênero* sem um sentimento explícito de fracasso ou inadequação? Quando as pessoas perguntam: ‘Mas estas não são diferenças biológicas?’, elas não estão realmente fazendo uma pergunta sobre a materialidade do corpo. Na verdade, elas estão perguntando se a instituição social da reprodução não é a mais saliente para se pensar sobre o gênero. Neste sentido, há uma imposição discursiva de uma norma. (BUTLER, 1994, s.p., grifo nosso)

5 Quando Robert Stoller em 1968 traz para a psicanálise o conceito de “gênero” – aludindo a uma mescla de aspectos psicológicos, sociais e históricos associados por um lado, à feminilidade e, por outro, à masculinidade, ele objetivava estudar quais os fatores, biológicos ou psicológicos que participam no desenvolvimento de tais características em todos os indivíduos, em que gêneros que não se enquadrassem nas categorias “homem” ou “mulher” entravam na categoria de portadores de distúrbio de gênero. Neste contexto, para Stoller (1982; 1993), a não coerência entre sexo e gênero seria patológica.



Quando a diferença sexual binária é assumida na psicanálise para a explicação da sexualidade humana isso também se dá a partir da hipótese da organização social, a partir de Lévi-Strauss, como percebemos anteriormente. Dessa forma, a psicanálise só pode avançar se perceber a pluralidade de manifestações da sexualidade dos seres humanos sem deixar de lado os não-inteligíveis, pois, afinal de contas, ela se apresenta como uma área fundada sob o desejo de permitir o discurso do singular e dar voz à unicidade de cada um através da palavra (BUTLER, 1999; 2003b). As partes grifadas no excerto anterior da entrevista com Butler o foram porque elas remetem a uma concepção de sujeito que entra em um campo de relações de poder através das normas que regulam os corpos. Como bem advertiu Foucault (2008) o poder produz discursos, induz ao prazer, permeia as relações humanas ao invés de apenas uma força repressiva sobre os sujeitos.

Quando o poder está tão enraizado socialmente e é produzido em rede nas tessituras das relações sociais isso faz com que ações repetidas se tornem “evidentes” no sentido de encontrarem espaço na naturalização discursiva sobre corpos e sujeitos indicando como estes devem ou não agir. Assim, em *Problemas de gênero* Butler apresenta que, a partir de repetições contínuas da ação do discurso que nomeia corpos através de instituições jurídicas, médicas, escolares e religiosas, por exemplo, ter-se-ia a produção contínua de corpos-homens e corpos-mulheres, sendo a reiteração contínua dos atos que faz com que os corpos adquiram sua aparência de gênero. Dessa forma, o corpo sofreria um processo de materialização discursiva que, através de normas regulatórias, prescreve gêneros. Porém, os corpos não aceitam naturalmente essa generização e por isso a reiteração contínua dos atos poderia produzir gêneros situados na norma assim como produzir subversões a ela.

[...] os corpos nunca acatam inteiramente as normas mediante as quais se impõe sua materialização [...] são as possibilidades de re-materialização abertas por este processo as que marcam um espaço no qual a força da lei reguladora pode voltar-se contra si mesma e produzir rearticulações que coloquem em tela de juízo a força hegemônica destas mesmas leis reguladoras. (BUTLER, 2002, p. 18)

Cabe destacar então que o conceito de gênero como “ato performativo” permite que sejam inseridos no debate dos gêneros os chamados gêneros não-inteligíveis já que, se o ponto de partida for uma lógica binária que considere “humanos homens” e “humanos mulheres”, os ininteligíveis ficariam de fora. Mas o efeito dessas discussões não se instaura apenas no



sentido de problematizar a psicanálise e os fundamentos baseados em uma lógica binária, mas em mostrar o quanto se deixa de fora da categoria de “humanos” os seres abjetos, aqueles que, servindo de limite para os gêneros possíveis, instauram as possibilidades de abertura de um centro regulador que seria responsável por “gerir” as identidades.

Tomando o conceito de identidade como um conceito aberto e possível de movimentos vários no decorrer da história dos corpos e dos sujeitos Butler também nega a noção de um sujeito fundante ou origem. A performatividade, assim, não pode ser confundida com *performance*, já que a primeira põe em questão a noção de sujeito e a segunda pressupõe a existência de um. Assim, em *Cuerpos que importam* (BUTLER, 2002), ela vai explicar que as performatividade não são voluntárias no sentido de serem construídas ou desconstruídas voluntariamente pelos sujeitos. Isso ocorre porque, para ela, o gênero não é um papel que se escolhe a cada dia, refutando, dessa forma, a ideia de um sujeito que precederia o gênero: o sujeito não é aquele que escolhe, mas o que é constituído pela repetição de atos, ou seja, nada mais foucaultiano, já que se trata de livrar-se do próprio sujeito para chegar a uma análise que dê conta da constituição do sujeito na história (FOUCAULT, 2008). Para Butler, ao pensar sobre o sujeito cabe destacar que o movimento que parte dos gêneros não-inteligíveis é também político e não apenas teórico: é pela voz do abjeto que podem ser trazidas considerações acerca da produção de humanos na história, das normas que regulam os gêneros e das transformações sociais possíveis:

Se questionarmos o caráter fixo da lei estruturalista que divide e limita os ‘sexos’ em virtude de sua diferenciação didática dentro da matriz heterossexual, o faremos a partir das regiões exteriores dessa fronteira (não desde uma ‘posição’, senão a partir das *possibilidades discursivas* que oferece o *exterior constitutivo* das posições hegemônicas) e esse questionamento constituirá o retorno devassador dos excluídos desde o interior da lógica mesma do simbolismo heterossexual. (BUTLER, 2002, p. 33, grifos nossos)

Ao considerar a produção de gêneros também são produzidos os seres abjetos, aqueles que escapam à norma regulatória cuja existência se tornou insustentável de não ser considerada e para os quais a condição de humanidade precisa ser resgatada sem desconsiderar, para isso, a tensão entre as regras e o desejo dos sujeitos que pode ir para além de qualquer parentesco que se limite à heterossexualidade.

Nas trilhas da (in) conclusão ou em busca de uma vida não fascista



Em 1972 Gilles Deleuze e Félix Guattari brindaram o Ocidente com uma obra polêmica: *O Anti-Édipo – capitalismo e esquizofrenia* apresentando leituras pós- maio de 68 acerca dos processos de subjetivação no escopo das ações políticas. Importa-nos, neste contexto, o impacto da obra em Foucault em dois momentos que seriam retomados direta ou indiretamente: seja um ano depois, em maio de 1973, quando Foucault recorreu à obra para propor uma leitura política e não psicanalítica do Édipo, seja quando, em 1977, Foucault escreve um prefácio para a obra referindo-se a ela como uma “introdução à vida não fascista”.

Na leitura política da tragédia de Sófocles o Édipo é lido não como mito, mas como uma história representativa da união de partes que compõem uma verdade e que estavam fragmentadas. Para Foucault (2005) a estrutura da peça é de um símbolo grego, garantia da autoridade e exercício do poder: o *simbolon* é uma peça de cerâmica que se divide em duas partes entregues a portadores distintos. Desse modo, a autenticidade de uma mensagem só ocorria com a junção das duas partes. Para Foucault, Édipo é o homem do poder já que o título da peça não é *Édipo, o incestuoso* ou *Édipo, o assassino do pai*. Assim, o contexto da peça gira em torno do poder de Édipo já que o assustador não é o incesto, mas a possibilidade de ser destituído do poder que lhe fora conferido. Neste âmbito, o uso da leitura universalizante do mito de Édipo permite confinar o desejo. Contrariar-se a ela está ligado à busca de uma vida ética individual e pública sob um viés político na direção de uma vida não fascista (GALLO, 2009).

Assim como o Édipo o fascismo que se sustenta sob o ódio do outro na contemporaneidade também se dá dessa maneira, a partir do receio de que sejam deslegitimadas certezas, numa busca incessante pelo poder. O Édipo, portanto, não é rei, no sentido em que não é nele que estariam centrados os pressupostos universalizantes da sexualidade. Isso porque a sexualidade não é uma só, mas muitas que se esvaem pelas beiradas débeis do cerceamento do complexo freudiano.

Cada vez que alguém pensa na insuficiência do complexo da forma como se apresentou por Freud como estrutura fundamental da sexualidade humana o livro de Deleuze e Guattari emerge causando desconforto. Neste contexto, o ciclo de conferências de 1973 de Foucault também causou desconforto já que, inspirado no *Anti-Édipo*, se pautou na reflexão acerca das táticas empregadas para se chegar à verdade, desdobrando um viés político da tragédia de Sófocles: ao invés de considerar o Édipo uma estrutura universal colocou-a no contexto de uma história da verdade.



Outrossim, se o papel do intelectual é problematizar e não trazer “soluções”, então, não apenas a leitura butlerianas ou foucaultiana da sexualidade se torna importante, mas da complexidade discursiva formada pelas instituições como família, escola, medicina, jurídica, que seria responsável pela produção de corpos-homens e corpos-mulheres, conforme Porchat (2014). Neste contexto, as reiterações contínuas atualizam generificações a partir das quais os corpos sofrem processos de materializações discursivas. Isso porque “[...] o discurso produz tanto a materialidade do corpo como o gênero, mas a reiteração é necessária porque a materialização nunca é completa. Além disso, o corpo nunca aceita totalmente aquilo que lhe é imposto” (PORCHAT, 2014, p. 96). Como os corpos-gêneros precisam ser continuamente reiterados para que as normas de gênero se instituem é nos contextos de estranhamento em relação aos gêneros ininteligíveis, aqueles que não se encaixam nas normas regulatórias, que se situa o fascismo.

Sendo assim, o diálogo, percebido como abertura para a diferença, uma abertura para os ininteligíveis, para os fora da norma, para os que não se “encaixam” não é apenas uma alternativa, é uma necessidade cada vez mais emergente. Se o que desejamos é uma sociedade democrática, essa é a contribuição da filosofia, estimular o diálogo, de acordo com a filósofa Márcia Tiburi (2015), justamente nesta época em que o autoritarismo e o fascismo imperam e se proliferam indefinidamente. Dessa forma, não apenas os corpos-gêneros são performatizados, mas, de acordo com a filósofa mencionada, a propaganda fascista também é um método que sustenta a negação do outro. Aqui propaganda não é sinônimo de campanha publicitária, pois a discursividade está entranhada nas falas mais comuns atravessadas pelo poder.

Um exemplo interessante foi o de um deputado chamado Luis Carlos Heize que apresentou, em discurso até hoje visualizável no *Youtube*, uma imagem perfeita do pensamento autoritário que exclui o outro. Em sua fala, que se tornou famosa, ‘quilombolas, índios, gays e lésbicas’, representavam ‘tudo o que não presta’. ‘Tudo o que não presta’ é, sem dúvida, um modo de desqualificar o outro. No caso, os sujeitos ‘des’ – qualificados **na fala e por meio da fala** do deputado eram minorias. Minorias historicamente oprimidas pelos atos capitalistas. Mas com a expressão ele atingiu a exposição do conceito fundamental do fascismo atual (TIBURI, 2015, p. 42, grifo nosso).

O *Anti-Édipo* buscou demonstrar que o Édipo não é uma verdade incontestável e atemporal do desejo, tampouco uma verdade histórica, mas consiste em um modo de conter o desejo, confinando-o num drama de família burguesa, tornando a psicanálise um instrumento de (re) familiarização forjada, já que não se pode considerar o complexo de Édipo como uma



formulação que se baste a si mesmo como universalidade fundante do desejo. Tanto Butler quanto Foucault sofreram influência dessa obra para “superar a bipolaridade sexual [...] pelo fim da opressão totalitária dos dois sexos, contestando assim como o Édipo a insistência na castração” (DOSSE, 2010, p. 185). A retomada de um único tipo de família em votação no Senado brasileiro em 2015 e 2016, o alvoroço receptivo de uma edição de revista acerca de um tema que trate de estudos de gênero que culmina em xingamentos aos que estiveram ligados à elaboração da revista⁶, por exemplo, podem ser percebidos como efeitos do fascismo autoritário que nos rodeia. O que nos permite afirmar isso é o prefácio escrito por Foucault em 1977 para o *Anti-Édipo*, em que estão identificados os três inimigos contra os quais o livro foi escrito:

- a) os ascetas políticos, isso é, os burocratas a revolução e funcionários da verdade, aqueles que fazem da revolução sua profissão e sua profissão de fé;
- b) os “técnicos do desejo”, isso é, os psicanalistas e semiólogos, que reduzem a multiplicidade do desejo ao binarismo da estrutura e da falta;
- c) o fascismo, sobretudo o fascismo contemporâneo, que está em todos nós (FOUCAULT, 1996).

Ao apresentar estes inimigos da obra Foucault nos forneceu ferramentas para pensar nos “*pró-Édipos*” que por aí existem aos montes cerceando sexualidades e desejos, vigiando casas, condutas e ações reiteráveis que regulam normas de gênero que cada vez mais tornam abjetos indivíduos que historicamente são “varridos para debaixo do tapete” das legitimações sexuais possíveis. Quando à estrutura familiar burguesa reafirmada pelo Édipo esta é reiterada em pensamentos e ações individuais e públicas e é aí que o ódio reside escancaradamente.

Se uma vez Aristóteles disse que o ser humano é um animal político, a política pode ser apontada como experiência de linguagem: “A linguagem está fora e dentro das pessoas, forjando-as e sendo forjada por elas. [...] O diálogo é uma prática da não violência. A violência surge quando o diálogo não entra em cena” (TIBURI, 2014, p. 23). Tem faltado diálogo. Aos montes sujeitos cujos corpos estão em desacordo com as normas regulatórias de gênero produzidas a partir da heteronormatividade sofrem as sequelas do ódio estorpecido que habita em nosso meio.

6 A revista Galileu, na edição 292, de novembro de 2015, foi produzida a partir do tema: “Gênero: tudo o que você sabe está errado” e, no texto da capa em letras menores, “Entenda o que é, afinal, a identidade de gênero e descubra como o debate sobre o tema é importante para acabar com o preconceito”. A capa foi ilustrada com a imagem de uma figura de corpo masculino nu de lado, desfilando com roupas femininas fotografadas antes de se “(des)encaixarem” em seu corpo. A capa pode ser visualizada em: <http://contentviewer.adobe.com/s/Revista%20Galileu/ebef824d90d4499db214037fd8769ed3/Revista%20Galileu%20292/GA.P01.html#page_lastPage> Acesso em: 25 jun. 2018.



A esta altura cabe acentuar que o Brasil continua sendo o campeão mundial em crimes motivados pela homo/transfobia. Para ter uma ideia da situação alarmante houve, em 2017, um aumento de 30% em relação a 2016, quando foram registradas 343 mortes. De 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e 445 mortes em 2017⁷. Para Rubens Casara (2015), os fascistas partem de proposições que não carecem de racionalizações porque não suportam qualquer juízo crítico. Ele explica a origem da palavra fascismo acentuando que os fascistas podem não saber o que querem, mas não têm dúvidas sobre aquilo que não suportam. Intolerantes, negadores da alteridade e da diferença, frequentemente naturalizam-se as ações que praticam já que não são percebidas como fascismo pelos que as praticam, inspirados que estão na edificação de um Estado total, que ultrapasse o indivíduos, anulando-os na homogeneização. Fascismo “[...] se origina de *fascio* (do latim *fascis*), símbolo da autoridade dos antigos magistrados romanos, que utilizavam feixes de varas [...] (exercício de poder sobre o corpo do indivíduo que atrapalhava o caminho) (CASARA, 2015, p. 12)”.

Os feixes de vara utilizados pelos antigos magistrados romanos podem servir de metáfora para os cerceamentos do Édipo pelos psicanalistas que o tomam como ponto de referência e ignoram as sexualidades desviantes das quais ele nunca deu conta, mas isso não se reduz a uma crítica sobre a psicanálise apenas. O Édipo reside entre nós, cerceando nossas falas, gestos e práticas com o outro. Dessa forma, assim como o Édipo consiste num instrumento de poder entre analista e analisando, a importância de uma proposta política de um *Anti-Édipo* atualmente se acentua quando direcionada com ênfase para um fascismo contemporâneo que está em todos nós, para além dos divãs, inserido no cotidiano e sendo (re) produzido em frases, piadas, estereótipos, gestos ritualizados e regulatórios que coíbem que os corpos (re)ajam em sua própria vida. Para tomar partido contra a universalização do complexo de Édipo não basta dizer que ele não dá conta das sexualidades existentes: ele nunca deu conta (SILVEIRA, 2016). É preciso ir para além das fronteiras do divã, é preciso apontar, em atitudes naturalizadas e repetidas frequentemente por aí o uso fascista de confinamento do desejo (re) produzido nas tramas de saber e poder que interdita a condução da própria vida e da vida coletiva na direção de uma vida não fascista.

No livro *A instituição negada*, Franco Basaglia resgata uma fábula oriental de um homem que teve sua boca invadida por uma serpente enquanto dormia. Com o tempo, este réptil passou a dominar

7 Os dados foram extraídos do Relatório Anual de Mortes LGBT no Brasil relativo ao ano de 2017. De acordo com o relatório, foram documentados 445 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil, (incluindo-se três nacionais mortos no exterior) em 2017 vítimas da homotransfobia: 387 assassinatos e 58 suicídios.

O relatório está disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2017.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2018.



as vontades do homem. Quando, certo dia, ele acorda e percebe que a serpente se foi, não sabe mais o que fazer com sua liberdade. Para Casara (2015), é preciso vomitar a serpente que conduz nossas vidas ao fascismo e ajudar o outro, fascista, a vomitar a sua serpente. O diálogo como fonte de resistência (com o outro e consigo mesmo) é o que nos permite continuamente vomitar as serpentes fascistas que se alojam em nós já que “[...] nesta sociedade, somos todos escravos da serpente e, se não tentarmos destruí-la ou vomitá-la, nunca veremos o tempo da reconquista do conteúdo humano de nossa vida (BASAGLIA, 1985, p. 132-133)”.

REFERÊNCIAS

- BASAGLIA, Franco. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importam: Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, Judith. Gender as performance: an interview with Judith Butler. *Radical Philosophy*, London, n. 67, s. p., Summer 1994.
- BUTLER, Judith. How bodies come to matter: an interview with Judith Butler. *Signs Journal of Women in culture and society*, v. 23, n. 2, p. 275-286, 1998a.
- BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Florianópolis: editora da UFSC, 2014.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, Campinas, n.21, p. 219-260, 2003a.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- BUTLER, Judith. Troubling philosophy: interview with Judith Butler. *Women’s Philosophy Review*, n. 18, p. 7-8, 1998b.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York and London: Routledge, 2004.
- CASARA, Rubens R. R. Apresentação. In: TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 11-15.
- DOSSE, François. *Gilles Deleuze & Félix Guattari: biografia cruzada*. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade Vol. I: a vontade de saber*. 3ª ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon. Rio de Janeiro: Graal, 1980.



FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. O Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. *Cadernos da subjetividade*, São Paulo, número especial, junho de 1996, p. 197-200.

GALLO, Sílvio. Entre Édipos e o Anti-Édipo: estratégias para uma vida não fascista. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 363-376.

PORCHAT, Patrícia. *Psicanálise e transsexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, n. 2, jul./dez. 1995.

[SILVEIRA, Éderson Luís](#). Os inimigos do currículo, a naturalização da violência e os efeitos de uma vida (não) fascista. *HUMANIDADES & INOVAÇÃO*, v. 03, p. 24-36, 2016.

STOLLER, Robert. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

STOLLER, Robert. *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, Márcia. Judith Butler: feminismo como provocação. *CULT*, n. 185, ano 16, novembro de 2013, p. 20-23.